



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

ALEXSANDRA FLORENCIO DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES “VITÓRIA DA LUTA” NO
BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU, NO ASSENTAMENTO
BERNARDO MARIN II, EM RUSSAS - CE**

FORTALEZA

2025

ALEXSANDRA FLORENCIO DA SILVA

A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES “VITÓRIA DA LUTA” NO
BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU, NO ASSENTAMENTO BERNARDO
MARIN II, EM RUSSAS - CE

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578e Silva, Alexandra Florencio da.
A experiência do grupo de mulheres "Vitória da Luta" no beneficiamento da castanha de caju, no assentamento Bernardo Marin II, em Russas - CE / Alexandra Florencio da Silva. – 2025.
47 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Maria Lúcia de Sousa Moreira.
1. Agroecologia. 2. Protagonismo Feminino. 3. Tecnologia Social. I. Título.

CDD 630

ALEXSANDRA FLORENCIO DA SILVA

A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE MULHERES “VITÓRIA DA LUTA” NO
BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU, NO ASSENTAMENTO BERNARDO
MARIN II, EM RUSSAS - CE

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Aprovada em: 28/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

M. Sc. Francisco Tavares Forte Neto
Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC)

M. Sc. Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff
Engenheira Agrônoma Ma. em Extensão Rural (UFV)

A Deus.

A minha mãe, Maria de Fátima de Lima Silva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de todos os momentos magníficos, principalmente por “conceder-me a vida”, por me dar forças para suportar os obstáculos árduos sem desistir dos meus sonhos. A minha mãe, Maria de Fátima Lima Silva, que sempre me apoiou em todas decisões com palavras amigas, orientando-me que nada é fácil na vida, mas a vitória é para poucos. O seu olhar me deu esperança para lutar por dias melhores. Ao meu amigo Francisco Leno, que sempre esteve comigo desde o primeiro semestre do curso de Agronomia, incentivando-me principalmente nos momentos difíceis, um amigo que quero levar para a vida toda. Ao Fabrício da Silva Vasconcelos, que foi uma amizade quase no final do curso a qual contribuiu muito para uma reflexão de que unidos somos muito mais fortes e de que ninguém consegue sozinho. Ao Evandilson Santos da Costa, que está sempre por perto na minha jornada, incentivando-me e apoiando-me. À Maria de Fátima Amori da Silva, que sempre esteve presente na minha vida nos momentos. À Rosiana, pela amizade sincera, entre outras virtudes, e à Karol, pela força. À professora Maria Lúcia, pela forma paciente em sua orientação. Ao Professor Jose Carlos, pelo apoio. Aos participantes da banca examinadora, M. Sc. Francisco Tavares Forte Neto e M. Sc. Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff, pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões. Ao grupo de mulheres “Vitória da Luta”. À Universidade Federal do Ceará, pela oportunidade única de cursar Agronomia.

SEM MEDO DE SER MULHER

“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer

Participando sem medo de ser mulher

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer

Participando sem medo de ser mulher porque a luta não é só dos companheiros

Participando sem medo de ser mulher

Pisando firme sem medir nenhum segredo

Participando sem medo de ser mulher

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer

Participando sem medo de ser mulher

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer

Participando sem medo de ser mulher

Pois sem mulher a luta vai pela metade

Participando sem medo de ser mulher

Fortalecendo os movimentos populares

Participando sem medo de ser mulher”

(Zé Pinto)

RESUMO

O grupo de mulheres “Vitória da Luta”, localizado no assentamento Bernardo Marin II, no município de Russas-CE, é composto por mulheres de escolaridade variada, com idades entre 42 e 58 anos e uma trajetória marcada pela militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em busca de garantir sua independência e o direito à terra como forma de sustento e dignidade. A criação do grupo surgiu após um curso sobre produtos veganos derivados da castanha de caju, oferecido por uma professora da Universidade Federal do Ceará - UFC. A partir disso, as mulheres decidiram transformar o conhecimento adquirido em um empreendimento coletivo, priorizando práticas agroecológicas, sustentabilidade e inclusão social. Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo compreender a experiência do grupo de mulheres “Vitória da Luta”, no contexto da produção e da comercialização de derivados da castanha de caju por meio de tecnologia social aplicada para a fabricação de laticínio de castanha. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e uma aplicação de questionários semiestruturados e com entrevistas abertas, a fim de captar as vivências, os desafios e os impactos dessa atividade produtiva na vida pessoal e profissional das participantes. A unidade de produção, inicialmente improvisada na casa de uma das integrantes, hoje opera com apoio da comunidade, da EMATERCE, do NUTEC e de outros parceiros. A produção é artesanal, sem uso de conservantes, e visa atender públicos diversos, incluindo veganos. Além de gerar renda, a atuação no laticínio promoveu impacto social significativo: fortalecimento da autoestima, sentimento de pertencimento, empoderamento feminino e resiliência diante das adversidades. Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a limitação de infraestrutura, a necessidade de equipamentos adequados, as dificuldades de transporte e comercialização, e a busca por regularização higiênico-sanitária. Mesmo assim, o grupo representa uma importante iniciativa de economia solidária e protagonismo feminino, servindo como modelo de tecnologia social replicável em outros contextos rurais. O estudo conclui que tecnologias sociais, quando aliadas ao protagonismo feminino, podem ser instrumentos poderosos de transformação econômica, social e ambiental, contribuindo para a construção de uma sociedade ética, sustentável e solidária.

Palavras-chave: Agroecologia; Protagonismo Feminino; Tecnologia Social.

ABSTRACT

This study analyzes the experience of the women's group "Vitória da Luta", located in the Bernardo Marin II settlement, in Russas-CE, Brazil. Composed of women aged between 42 and 58 years, with varied educational backgrounds and a history of activism in the Landless Workers' Movement (MST), the group emerged after a training on vegan products derived from cashew nuts, offered by a professor from the Federal University of Ceará (UFC). Motivated by the training, the women created a collective enterprise focused on agroecological practices, sustainability, and social inclusion. The research adopts a qualitative approach, using semi-structured questionnaires and open interviews to understand their experiences, challenges, and the personal and professional impacts of producing and marketing cashew-based plant milk. Initially operating from a member's home, the production unit now receives support from the community, EMATERCE, NUTEC, and other partners. The artisanal, preservative-free production caters to diverse markets, including the vegan public. Besides generating income, the initiative has had significant social impact, fostering self-esteem, a sense of belonging, and female empowerment. Despite challenges such as infrastructure limitations, transportation, equipment needs, and sanitary regularization, the group stands as a relevant example of solidarity economy and female leadership. The findings show that social technologies, when combined with female protagonism, can be powerful tools for economic, social, and environmental transformation, contributing to the construction of an ethical, sustainable, and inclusive society.

Keywords: Social technology; Women's protagonism; Solidarity economy; Agroecology; Vegan production.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Tecnologias sociais e agricultura familiar	17
2.1.1 Tecnologias sociais e o convívio com a seca.....	18
2.2 Sistemas agroecológicos.....	19
2.2.1 O papel socioecológico das Tecnologias sociais.....	19
2.2.2 Tecnologias sociais e reforma agrária.....	21
2.3 Boas práticas de fabricação e legislação sanitária.....	22
2.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	24
3. METODOLOGIA	26
3.1 Descrição da área de estudo.....	26
3.2 Origem dos dados.....	27
3.3 Método de análise.....	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 Perfil das participantes do grupo “Vitória da Luta”	29
4.2 Trajetórias de vida no MST.....	30
4.3 Os tipos de tecnologias sociais com a castanha de caju e os produtos do grupo “Vitória da Luta”	30
4.4 A formação e a organização do grupo “Vitória da Luta” e a trajetória das mulheres que fazem parte do grupo	33
4.5 Impactos socioeconômicos das atividades.....	34
4.6 Principais desafios enfrentados pelas mulheres	35
5. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	50

Lista de Figuras

Figura 1 – O assentamento Bernardo Marin II, Russas-CE, 2022	p. 26
Figura 2 – Biscoito de castanha de caju	p. 31
Figura 3 – Queijo cremoso	p. 32
Figura 4 – Requeijão de castanha de caju	p. 33
Figura 5 – Espaço de produção	p. 34
Figura 6 – Paçoca de castanha de caju	p. 35

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISO – International Organization for Standardization

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUTEC – Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

1. INTRODUÇÃO

A indústria de castanha de caju é um setor econômico relevante em várias regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, onde a produção é uma importante fonte de renda para muitas comunidades (Oliveira, 2022). No entanto, as mulheres que atuam nesse setor, frequentemente, enfrentam desafios como a falta de acesso a tecnologias, capacitação, e oportunidades de liderança; e as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho (Drummond, 2007).

É nesse contexto que grupos de agricultoras na produção de derivados da castanha ganham força. Os grupos de produtoras agrícolas são uma forma de organização cooperativa que tem se destacado no Brasil e em diversos outros países (Sousa e Silva, 2020). Esses grupos são compostos por mulheres que atuam no setor agrícola, seja na produção de grãos, hortaliças, frutas, na pecuária, ou no processamento de produtos agrícolas; e têm como objetivo promover o fortalecimento econômico e social das participantes, além de garantir o acesso a recursos, conhecimentos e mercados.

Primeiro, ao unirem forças, as produtoras conseguem negociar melhor com fornecedores e compradores, obtendo preços mais vantajosos e aumentando sua competitividade no mercado. Além disso, a troca de experiências e conhecimentos técnicos entre as participantes é um dos principais fatores que contribuem para o aumento da produtividade e da sustentabilidade das atividades. Os grupos de produtoras agrícolas também desempenham um papel importante na promoção da igualdade de gênero no campo. Muitas vezes, as mulheres enfrentam desafios adicionais como o acesso limitado a crédito, terras e tecnologias. Por meio da união em grupos, elas conseguem superar essas barreiras e ganhar maior visibilidade e respeito no setor (Siliprandi e Cintrão, 2019).

Outro ponto fundamental é que esses grupos, frequentemente, envolvem-se com práticas agrícolas sustentáveis, priorizando métodos que preservem o meio ambiente e garantam a saúde dos solos, da água e dos ecossistemas. A capacitação em técnicas como a agricultura orgânica, o uso consciente de insumos e a rotação de culturas são comuns dentro dessas iniciativas.

Além de seus impactos econômicos e ambientais, os grupos de produtoras agrícolas têm um forte componente social, com foco no empoderamento das mulheres rurais, criando um espaço para que elas compartilhem suas necessidades, suas conquistas e suas lutas. Dessa forma, esses grupos contribuem não apenas para a melhoria da produção agrícola, mas também para o fortalecimento da comunidade e a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

De acordo com a experiência do grupo “Vitória da Luta”, as iniciativas de capacitação, os programas de formação associados com a participação feminina e um contexto específico podem levar a transformações significativas. Esse conhecimento técnico serviu não apenas para melhorar a sua condição, visto que as mulheres mostraram a sua criatividade e capacidade de inovação no fabrico de derivados da castanha de caju. Assim, é evidente a necessidade de utilizar métodos participativos e reconhecer as formas de conhecimento indígena. Somente ao valorizar a experiência individual e coletiva de todas as partes envolvidas na construção de uma alternativa econômica sustentável, poderemos sair da situação atual.

Ademais, o reforço desses grupos demonstra uma transformação nos âmbitos da sociedade e da produção nas áreas rurais, onde a atuação da mulher assume um protagonismo crescente. Os membros do grupo passaram a ocupar posições de liderança, auxiliando não só na atividade agrícola, mas também no plano, na administração e na venda dos artigos. Essa nova estrutura quebra com modelos tradicionalmente segregacionistas e reitera a relevância de ações governamentais que impulsionem o acesso feminino à terra, ao financiamento, ao apoio técnico e ao comércio. O caso do coletivo “Vitória da Luta” é, desse modo, uma ilustração real de como a ligação entre associação em grupo, ferramenta social e liderança feminina pode desenvolver inserção de produção e igualdade social no meio rural.

Nesse contexto, “as tecnologias sociais são compreendidas como soluções reprodutíveis, elaboradas em parceria com as comunidades, visando à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável” (Dagnino, 2004, p. 15). Entendidas como soluções inovadoras e participativas para problemas sociais, podem ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão, o empoderamento e a melhoria das condições de vida e trabalho dessas mulheres. Esse grupo, formado por 7 mulheres, surgiu a partir de um curso de capacitação sobre derivados da castanha de caju. A partir desse curso, elas passaram não só a produzir o que foi ensinado, mas também a desenvolver seus próprios produtos.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral verificar a atuação do grupo de mulheres “Vitória da Luta” no processamento da castanha de caju por meio do uso de tecnologias sociais com o intuito de promover a inclusão e o fortalecimento do trabalho coletivo.

Especificamente, pretende-se:

- a) Traçar o perfil das mulheres que compõem o grupo “Vitória da Luta”, localizado no assentamento Bernardo Marin II;

- b) compreender como se deram a formação e a organização do grupo Vitória da Luta no laticínio de castanha de caju, a trajetória das mulheres que compõem o grupo, com especificidade, dentro do MST;
- c) identificar os tipos de tecnologias sociais empregadas no processo de beneficiamento da castanha de caju;
- d) investigar os impactos socioeconômicos e a atuação do grupo na vida das mulheres envolvidas; e
- e) identificar os desafios enfrentados pelas mulheres no cotidiano com as atividades realizadas, incluindo questões de estrutura, de gestão e de comercialização e divisão de tarefas entre as integrantes do grupo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Tecnologias sociais e agricultura familiar

O conceito de tecnologias sociais é bastante recente; segundo Faria e Piazzalunga (2016), esse termo passou a ser adotado no Brasil em 2005, e, como sua definição, trata-se de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis que são desenvolvidas em interação com a comunidade, de modo a promover transformações sociais concretas, reconhecendo a comunidade como agente ativo no processo de pesquisa, e não apenas como beneficiária passiva (Barreto, 2012).

As tecnologias sociais podem ser compreendidas como construções sociais direcionadas à resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais, bem como outros, tendo como finalidade principal a inclusão e a emancipação social daqueles por elas beneficiados, sendo, em última análise, o oposto da tecnologia convencional, a qual visa ao lucro e tende a gerar exclusão social (Duque, 2017).

As tecnologias sociais são entendidas como produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com as comunidades e apropriadas por elas, que promovem a inclusão social e a melhoria das condições de vida, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a emancipação dos sujeitos sociais envolvidos (Duque, 2017, p. 45).

As tecnologias sociais podem ser entendidas também como o uso da capacidade criativa e organizativa dos segmentos da população em geral, tendo por finalidade suprir suas necessidades e/ou demandas sociais e, embora não esteja incluída em políticas públicas, tendo impacto significativo na produção e na aplicação de tecnologias em prol do desenvolvimento social (Maciel, 2011).

A agricultura familiar é com certeza a forma de agricultura mais praticada no Brasil, e, ao mesmo tempo, aquela que tem menos acesso a recursos tecnológicos e inovadores, sendo muitas vezes incapaz de gerar produção para além das necessidades alimentares das próprias famílias que a praticam (Guanziroli; Buainain; Sabbato, 2013). “A agricultura familiar caracteriza-se pelo uso predominante da força de trabalho da própria família nas atividades produtivas” (Guanzirolli *et al.*, 2001, p.13).

As tecnologias sociais desempenham papel importantíssimo na agricultura familiar, uma vez que serve de base para o desenvolvimento de políticas públicas para atender as necessidades básicas desses agricultores (RTS, 2010). Tais tecnologias se mostram bastante atraentes para esse público-alvo, em especial devido a sua simplicidade e ao seu baixo custo, além de serem sustentáveis a longo prazo e promoverem o desenvolvimento das comunidades

que delas fazem uso (Barbosa, 2021).

As tecnologias sociais encontraram espaço de destaque no Nordeste brasileiro, uma das Regiões mais carentes do País, abrangendo uma ampla gama de profissionais na implementação delas.

Para se ter uma visão clara do alcance das tecnologias sociais, podemos analisar como elas são usadas em vários campos do saber: na área da saúde (Oliveira, 2015), no crescimento econômico (Rigo, 2015) e nas iniciativas para combater as alterações climáticas (Ventura, 2019). Neste último setor, apesar de ainda necessitarem de maior expansão e fortalecimento, já existem projetos reais focados na adaptação ao clima semiárido e na diminuição dos impactos da seca, que oferecem soluções duradouras e adequadas à situação da região.

É nesse cenário que a agricultura familiar ganha relevância como um ambiente crucial para a aplicação de tecnologias sociais, já que reúne métodos de produção que fazem parte da cultura das comunidades e estimula o envolvimento das famílias na criação de opções eficazes para o progresso rural sustentável. Dessa forma, a ligação entre tecnologias sociais e agricultura familiar realça a importância do saber popular, da colaboração da comunidade e da procura por soluções ajustadas aos locais, assuntos que serão explorados mais a fundo adiante.

2.1.1 Tecnologias sociais e o convívio com a seca

Ainda nos dias atuais, o grande problema encontrado na Região Nordeste está relacionado à falta de assistência e de políticas públicas direcionadas à convivência contra a seca. Dessa forma, parte da população encontrou um jeito de conviver com essa falta de assistência por parte dos governos. Várias tecnologias sociais foram desenvolvidas como forma de lidar com essa problemática que assola o nosso país, partindo pelos métodos de captação e retenção de água até os meios de conservação desse recurso natural (Ximenes *et al.*, 2017).

No que tange ao semiárido, algumas tecnologias sociais se destacam:

As cisternas de placa se destacam, pois trata-se de uma tecnologia que tem por função captar e armazenar água da chuva. Cisternas com capacidade para até 16 mil litros coletam água para as pessoas beberem e cozinhareem seus alimentos, enquanto as cisternas de maior volume, chegando a 52 mil litros, guardam água para a irrigação e para a bebida dos animais (Leal, 2013). Sua grande importância social a levou a ser adotada como política pública de mitigação da seca a partir do ano de 2003, através do programa Um Milhão de Cisternas, que tem garantido a centenas de milhares de agricultores familiares um meio barato e eficiente de armazenar água para as suas necessidades básicas (Dias, 2013).

As cisternas de placas representam uma das principais tecnologias sociais para o semiárido, pois possibilitam a captação e o armazenamento da água da chuva para uso doméstico, garantindo o abastecimento das famílias durante períodos de estiagem. Essa tecnologia, além de simples e acessível, promove a segurança hídrica e contribui para a redução dos impactos sociais causados pela seca. (Leal; Brandão; Frutuoso; Carvalho; Araújo Filho, 2016, p.1270).

Outra importante tecnologia social nesse sentido é o programa Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas por meio de Tecnologias Sociais, criado em 2007, que tem por objetivo assegurar a famílias carentes o acesso à terra e à água para consumo por parte das famílias ou dos animais domésticos (Ribeiro, 2019). Porém, a forma de lidar com a água não constitui a única aplicação das tecnologias sociais no semiárido. Os estudos também têm se focado em medidas agroecológicas como formas de tecnologias sociais no âmbito do conviver com o semiárido. Tais envolvem o uso de consórcios de policultivo, cobertura verde do solo e sistemas agroflorestais, diversificando a produção, aumentando a renda do trabalhador, e preservando o equilíbrio ambiental (Henig, 2019).

As hortas-mandalas são outra forma de tecnologia social que vem se mostrando promissora no semiárido. Trata-se de um sistema de produção alimentar inovador, facilmente aplicável em pequenas comunidades rurais, que permite ao mesmo tempo uma produção diversa e qualitativa, promovendo segurança alimentar e renda para as famílias. Consistem em plantar hortaliças em círculos concêntricos, sendo bastante resilientes contra pragas e contribuindo para o controle cultural de pragas e plantas daninhas (Holanda, 2020).

Nesse sentido, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) se destaca como uma importante rede da sociedade civil, dedicando-se a disseminar soluções tecnológicas que visam à adaptação à vida no semiárido. Ela trabalha em conjunto com pequenos agricultores, áreas de reforma agrária e grupos comunitários. A ASA impulsiona projetos como a instalação de reservatórios de água, centros de armazenamento de sementes e métodos de cultivo ecológicos que se encaixam no clima do Nordeste, mostrando que é viável combinar conhecimento tradicional, progresso sustentável e participação social (ASA, 2011).

Tais atividades ganham ainda mais importância em locais de reforma agrária, que são um modelo de redistribuição de terras, por meio do qual famílias conseguem o direito à terra, mas ainda lidam com dificuldades ligadas à produção, à moradia, à infraestrutura e ao apoio governamental (INCRA, 2020). A introdução de tecnologias sociais nesses locais fortalece a independência das famílias que vivem nesses assentamentos e aumenta as chances de crescimento da região.

Ademais, torna-se crucial ressaltar a intrínseca ligação das questões de gênero nesses cenários. A presença marcante das mulheres em agremiações, cooperativas e iniciativas sociais

no âmbito rural tem representado um alicerce fundamental na reformulação das dinâmicas socioeconômicas no campo.

A ideia de gênero, na visão de Scott (1995), alude à formatação social das distinções entre homens e mulheres, permeando todas as relações de poder estabelecidas. No universo dos assentamentos, as mulheres têm encabeçado batalhas por notoriedade, validação do labor agrícola e alcance a programas governamentais direcionados como o financiamento à produção e à posse da terra. Manifestações como a Marcha das Margaridas, a título de ilustração, personificam essa organização coletiva e a procura por equidade social e paridade de direitos no campo (CPT, 2019).

2.2 Sistemas agroecológicos

2.2.1 O papel socioecológico das tecnologias sociais

As tecnologias sociais são um campo de estudo que oferece oportunidades para o desenvolvimento sustentável e a redução da desigualdade social e ambiental. Considerado a mais notável aplicação de tais tecnologias, o desenvolvimento social rural funciona muitas vezes como forma alternativa de os camponeses lidarem com a degradação e a poluição do meio ambiente, ao mesmo tempo que lhes garante um meio de estabilidade social.

As tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano e produção de alimentos, contrariando a perspectiva do combate à seca, buscam novas possibilidades de convivência com o Semiárido e valorizam as potencialidades locais, reconhecendo a heterogeneidade dos sistemas e seus processos evolutivos (Sousa *et al.*, 2017, p. 208).

Tal papel só se torna possível de ser cumprido quando o extensionista abandona o papel de mero vendedor de soluções tecnológicas, passando a trabalhar junto às comunidades para buscar soluções para os problemas nelas encontrados, bem como planejando junto a ela ações futuras, juntando seu conhecimento e o conhecimento popular como forma de contribuição para a sociedade como um todo (Barros, 2021).

No entanto, essa função só pode ser bem desempenhada se a extensão desistir de ser um mero transmissor de técnicas ou um embalador de tecnologias prontas e começar a cooperar eficazmente com o povo. Num tal quadro, parte-se da realidade local e buscam-se soluções, ao mesmo tempo em que se valoriza o saber popular e se planejam, juntamente com os habitantes, futuras ações para o desenvolvimento social (Barros, 2021). Essa postura transformada reflete uma revolução no conceito de extensão rural. Historicamente, foi difusionista e baseada no modelo. Isso significa conhecimento transferido do técnico para o agricultor com uma alta relação vertical.

Tal prática, por exemplo, é de origem japonesa e foi responsável pelo sucesso econômico do Japão depois da II Guerra Mundial. Praticamente na mesma época, mas vindo de uma ótica que foi chamada de teoria da dependência, na qual importa destacar os nomes de Maria da Conceição Tavares (Brasil) e Rau (Argentina), nasceu o enfoque da dependência. Como resultado do trabalho dos cientistas críticos, milhares de outras pessoas entenderam que era necessária uma relação diferente com a natureza. Isso foi uma conquista do povo. A liderança cooperativa foi fundamental. Assim, a extensão rural evolui para um lugar de diálogo em que técnicos e comunidades partilham experiências, o que leva não apenas à disseminação de tecnologias adaptadas, mas também ao fortalecimento de autonomia local e campesina.

Mais do que em qualquer outro período ao longo da história, na atualidade, o mundo sofre com as consequências da devastação desenfreada do meio ambiente, a qual se reflete em extremos climáticos como secas prolongadas em algumas regiões do planeta e chuvas devastadoras em outras. A tendência é que esses eventos extremos venham a ser cada vez mais frequentes, levando a consequências dramáticas. Isso se reflete também no campo, onde fenômenos naturais causam perdas tanto para os grandes produtores quanto para a agricultura familiar, comprometendo a renda e o acesso à alimentação e à água dessas famílias (Mesquita, 2015).

Nesse sentido, os trabalhos envolvendo as TS no Nordeste têm cada vez mais sido focados não apenas na questão do enfrentamento e da convivência com a seca, mas também em práticas que visam tornar a agricultura familiar não só economicamente sustentável, mas também ecologicamente viável, buscando conciliar produção e renda à proteção ambiental, sempre levando em conta os saberes populares e trabalhando em conjunto com as comunidades (Cassimiro, 2020).

Vários projetos têm por foco a implementação de tecnologias sociais como forma de desenvolvimento sustentável, dos quais um é a rede de tecnologias sociais (RTS), uma iniciativa do Banco do Brasil que fornece auxílio a mais de 700 projetos de TS visando à sustentabilidade.

No que diz respeito ao semiárido, existem duas iniciativas de TS contempladas por essa rede. Uma são as “barraginhas”, que consistem na contenção de águas da chuva, por meio de pequenas barragens sucessivas e dispersas na propriedade, evitando-se, quando da sua utilização, danos ambientais como erosões, assoreamentos, poluentes e outros. Outra TS contemplada é o “banco de palmas”, que consiste em um banco comunitário organizado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, localizado em Fortaleza-CE.

Outras instituições financeiras também têm projetos que fomentam a implantação de TS para convivência dos agricultores familiares com as secas, em conjunto com instituições de

pesquisa. Um exemplo são os projetos para implantação de barragens subterrâneas, parceria entre a EMBRAPA e o BNB, cuja função é interceptar a água da chuva por meio de uma parede transversal a seu fluxo de escoamento, armazenando-a de modo a ter o mínimo de perdas por evapotranspiração até o fim da época seca. Essa TS permite a pequenas famílias de agricultores produzir alimentos tanto para a venda quanto para a subsistência mesmo em períodos de seca, exercendo um importante papel social nas comunidades onde são implantadas. (Ferreira, 2008).

2.2.2 Tecnologias sociais e reforma agrária

No contexto da reforma agrária, essas tecnologias têm um papel transformador, pois, além de promoverem a produção sustentável, ajudam a fortalecer a autonomia das famílias camponesas, garantindo sua permanência no campo e melhorando suas condições de vida (Araújo, 2010). Um exemplo claro disso são as anteriormente citadas cisternas de placas, que permitem o armazenamento de água da chuva em regiões semiáridas, garantindo o abastecimento para consumo humano e a agricultura. Essa tecnologia, de baixo custo e fácil construção, tem sido fundamental em assentamentos de reforma agrária, onde a escassez de água é um dos maiores desafios (Batista, 2018).

As *técnicas agroecológicas*, que incentivam a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, promovendo a saúde do solo e a biodiversidade, também constituem tecnologias sociais agregadas à reforma agrária, visto que o uso de sistemas agroflorestais, a rotação de culturas e o aproveitamento de resíduos orgânicos são algumas das práticas que contribuem para o aumento da produtividade de forma sustentável e sem a degradação do meio ambiente (Neves, 2020).

As *unidades de produção sustentáveis* também são uma aplicação importante de tecnologias sociais nos assentamentos. Esses modelos de produção, que podem incluir a criação de pequenos animais, as hortas comunitárias e as cooperativas de produção, garantem maior segurança alimentar e geram alternativas de renda para as famílias assentadas, além de fortalecerem o sentido de coletividade e cooperação (Silva, 2016). Portanto, a integração das tecnologias sociais com a reforma agrária pode impulsionar a transformação do campo brasileiro, proporcionando uma nova visão de desenvolvimento rural. Ao promover a democratização do acesso à terra e ao conhecimento, essas tecnologias ajudam a criar um campo mais justo, sustentável e capaz de oferecer um futuro mais digno para as comunidades rurais.

2.3 Boas práticas de fabricação e legislação sanitária

No processo alimentar, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) consistem em um conjunto de medidas de higiene e organização fundamentais para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos em todas as fases da elaboração destes. Conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio das RDCs nº 215/2006 e nº 212/2018, os locais de produção devem adotar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que incluam obrigatoriamente um conjunto de atitudes e rotinas indispensáveis para assegurar a integridade do alimento em cada fase do ciclo, como, por exemplo, o controle da higiene dos trabalhadores; a limpeza de instalações e equipamentos; a verificação da água utilizada; o descarte correto de resíduos; o controle de vetores; e os programas de formação dos funcionários (BRASIL, 2006).

Segundo Silva *et al.* (2020), a prática dessas medidas reduz significativamente os riscos de contaminação física, química e biológica, promovendo a segurança dos produtos alimentares. A inobservância de uma etapa pode comprometer o todo; um descuido pode afetar a segurança de quem consome. Além disso, o seguimento dessas orientações é pré-requisito para que os estabelecimentos estejam em conformidade com as autoridades sanitárias e influencia diretamente a percepção de confiança por parte do público consumidor.

O manual de boas práticas precisa ser desenvolvido de forma clara, levando em consideração as especificidades do produto e da estrutura de produção, por sua vez, assumindo o papel de guia, e deve estar disponível para consulta sempre que necessário. De acordo com Ferreira e Cardoso (2019), esse documento é não só uma exigência técnica, mas também uma ferramenta educativa essencial para uniformizar rotinas e estimular a melhoria contínua.

Além das diretrizes nacionais, o gerenciamento da segurança dos alimentos pode ser fortalecido com a aplicação da ISO 22000:2018, padrão internacional que une os fundamentos do sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) com práticas de gestão, como análise de risco, comunicação eficiente e revisão de processos (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2018).

O método APPCC, recomendado pelo Codex Alimentarius (FAO/OMS, 2003), é composto por sete etapas principais: identificar perigos, definir pontos críticos, estabelecer limites, acompanhar dados, executar ações corretivas, verificar resultados e registrar tudo. Conforme Santos e Almeida (2021), esse sistema é altamente eficaz para prevenir problemas e garantir o cumprimento das normas sanitárias.

A combinação entre legislações nacionais e padrões globais permite que os produtores alcancem níveis elevados de controle sanitário, o que aumenta a aceitação de seus produtos em mercados mais exigentes como o varejo formal e as instituições públicas. De acordo com Costa

et al. (2022), fomentar a cultura de boas práticas dentro das organizações é decisivo para a continuidade e a evolução dos empreendimentos.

Outro ponto relevante é a rastreabilidade, que passa a ser um requisito fundamental tanto pela ISO 22000 quanto pela regulamentação da ANVISA. A rastreabilidade possibilita o acompanhamento de cada etapa do processo produtivo, facilitando a retirada de produtos com problemas e permitindo o monitoramento de falhas. O uso de registros e controles permanentes contribui para uma relação mais transparente com o consumidor.

Para pequenos negócios, como o grupo “Vitória da Luta”, seguir essas exigências pode representar um desafio, especialmente em razão de limitações estruturais e técnicas. No entanto, com apoio de entidades públicas e parcerias comunitárias, é possível implantar rotinas seguras e obter reconhecimento no mercado (COSTA *et al.*, 2022). A adoção progressiva das boas práticas e a regulamentação sanitária abrem novas oportunidades de venda e valorizam o trabalho local.

Outro aspecto importante é o papel da formação sanitária como recurso indispensável para consolidar essas rotinas. Conforme Ferreira e Cardoso (2019), a capacitação contínua dos envolvidos permite não apenas atender às exigências legais, mas também construir uma cultura de comprometimento com a segurança dos alimentos. Essa formação precisa dialogar com a realidade de cada local, valorizando os saberes locais e incentivando a cooperação.

Também é necessário considerar a adequação das exigências sanitárias ao contexto das produções familiares. De acordo com Silva *et al.* (2020), muitos critérios presentes nas normas vigentes são difíceis de serem cumpridos sem o devido suporte técnico e financeiro, e aqui entra a importância das políticas públicas. Elas não devem ser imposições verticais, mas construções dialógicas. Apoiar pequenos empreendimentos é também reconhecer sua relevância social e cultural. Por isso, políticas públicas voltadas à regularização de pequenas agroindústrias e ao fomento da economia rural são essenciais para garantir o acesso a esses benefícios.

É válido lembrar que cumprir as regras sanitárias não deve ser visto apenas como uma obrigação, mas como parte de uma estratégia de valorização da produção local e de respeito à saúde do consumidor. Investir na qualidade e na segurança dos alimentos fortalece a confiança do público e contribui para o desenvolvimento social e ambiental da comunidade.

2.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma das maiores organizações populares da América Latina, criada na década de 1980 a fim de erradicar a

desigualdade pela posse de terra no Brasil e para garantir aos agricultores rurais o seu direito à terra. O seu trabalho vai muito além da luta pela terra, abrangendo aspectos como educação, agroecologia, soberania alimentar e libertação das famílias assentadas (Drummond, 2007, p.23). O MST é proativo na defesa de assentamentos sustentáveis como uma alternativa ao modelo de negócio agroindustrial, promovendo, assim, mais justiça social e um novo padrão de desenvolvimento para o campo brasileiro (Siliprandi & Cintrão, 2019).

No assentamento Bernardo Marin II, de Russas-CE, o MST foi decisivo para a ocupação e a organização do território, servindo como base política e formativa para o movimento de mulheres “Vitória da Luta”. A presença do movimento possibilitou que essas mulheres conquistassem não apenas acesso à terra, mas também reconhecimento enquanto sujeitos coletivos e políticos. Como afirma Cruz e Ferreira (2019, p.141), o MST é uma instituição social que atua com práticas sociais no campo, afirmando a reinvenção de relações através de novos espaços, promovendo protagonismo e atividades femininas, bem como redes de solidariedade e trabalho coletivo.

As histórias de vida das integrantes do grupo evidenciam que o MST é um espaço de educação popular e transformação pessoal. A associação em reuniões, feiras, cursos ou assembleias tem fortalecido o sentido de responsabilidade dessas mulheres e também a sua ação no assentamento. Segundo Gatti (2005, 9), “experiências coletivas como as proporcionadas pelo MST permitem que sujeitos historicamente excluídos passem a se ver como protagonistas de sua própria história, desenvolvendo consciência crítica e capacidade de organização autônoma”.

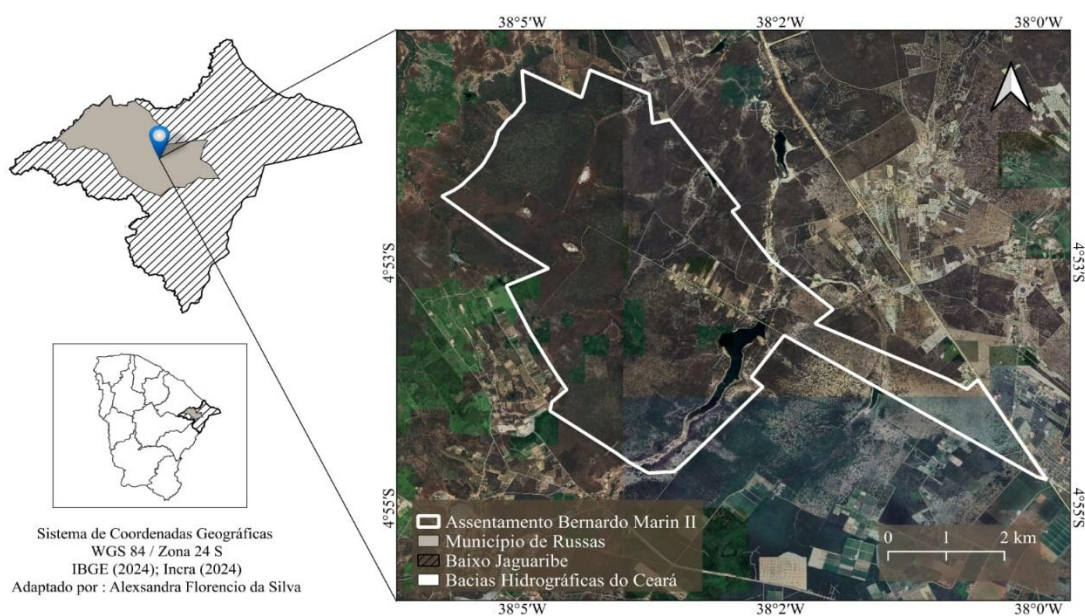
Por fim, a experiência do grupo “Vitória da Luta” mostra, na prática, como a ação do MST é indissociável das tecnologias sociais implantadas nos assentamentos. A produção coletiva de alimentos derivados da castanha de caju e a construção de um laticínio comunitário representam formas concretas de resistência e superação de desigualdades de gênero. Como reforça Barros *et al.* (2022, p. 88), o movimento fomenta práticas agroecológicas que valorizam o saber local, a cooperação e o empoderamento das mulheres camponesas, contribuindo diretamente para sua autonomia econômica e social.

3. METODOLOGIA

3.1 Descrição da área de estudo

O local de realização da pesquisa foi o assentamento Bernardo Marin II, localizado no município de Russas, no estado do Ceará. O município encontra-se na região do Vale do Jaguaribe, como mostra a figura 1 abaixo, possuindo uma área total de 1.611.091km² e uma população de cerca de 72.928 habitantes, segundo o censo de 2022, possuindo um IDH de 0,674 (IBGE).

Figura 1 - O assentamento Bernardo Marin II, Russas- Ce, 2022



Fonte: IBGE, 2022

Quanto ao assentamento, ele possui uma área de cerca de 2.400ha, abrigando 42 famílias oficialmente assentadas e outras no aguardo de que sejam incluídas no cadastro. As famílias estão divididas em 4 núcleos temáticos, cada qual contendo entre 10 e 14 famílias. Diversas atividades agrícolas são desenvolvidas no local, desde a produção de caju à produção de hortaliças.

O trabalho foi desenvolvido a partir da metodologia de grupo focal, na qual questões foram aplicadas oralmente ao grupo “Vitória da Luta”, para que as mulheres os respondessem. As questões foram desenvolvidas a partir do foco dos objetivos pretendidos no presente trabalho presentes no Apêndice 1. “A pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações,

[...] permitindo a captação de significados que poderiam ser difíceis de se manifestar em outros meios” (Gatti, 2005, p. 9).

3.2 Origem dos dados

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, como foco na compreensão das experiências, nos modos de convivências e na atuação do grupo de mulheres “Vitória da Luta” no processamento da castanha de caju, por meio da tecnologia social aplicada no laticínio de castanha no período de 30 de janeiro a 08 de julho de 2025. “A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de sentidos, significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um fazer científico focado nas relações, nos processos e nos fenômenos que não devem ser tratados pela racionalização de variáveis” (Mussi *et al.*, 2019, p.427).

A principal técnica de coleta de dados adotados foi a entrevista semiestruturada, a qual possibilitou que as participantes expressassem livremente as suas experiências de vida, a motivação que as levou à formação do grupo, os desafios enfrentados, a realidade do trabalho coletivo e o impacto dessas experiências na vida pessoal e familiares. “A entrevista aberta permite que o entrevistado expresse suas ideias livremente, sem a limitação de respostas pré-estabelecidas, favorecendo a compreensão profunda dos significados atribuídos pelos participantes” (Gil, 2002, p.120).

No fim de janeiro de 2025, foi realizado o primeiro encontro com o grupo de mulheres “Vitória da Luta”, que promoveu uma roda de conversa e uma troca de saberes relacionados com os produtos derivados da castanha de caju elaborados por elas. Posteriormente, no dia 8 de fevereiro de 2025, foi realizada uma visita à Feira Cultural da Reforma Agrária (Centro Frei Humberto), na qual as mulheres comercializam seus produtos, possibilitando a observação direta da comercialização e da interação com o público. “A roda de conversa é uma técnica que favorece o diálogo coletivo, permitindo a construção compartilhada de saberes e a valorização das experiências dos participantes” (Silva, 2017, p.58).

O estudo também contou com a utilização de dados primários, coletados por meio da aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice A), aplicado ao grupo de mulheres no Assentamento Bernardo Marin II. A aplicação ocorreu no dia 8 de julho de 2025, de forma presencial, na unidade de laticínio, com duração de 60 minutos. “O questionário semiestruturado é um instrumento flexível, que permite a obtenção de dados padronizados, ao

mesmo tempo em que possibilita aprofundar respostas e explorar aspectos não previstos inicialmente” (Gil, 2019, p.87).

A entrevista aberta foi composta por cinco mulheres do grupo “Vitória da Luta”, que estavam presentes no momento da coleta de dados. Porém, o grupo é composto por sete integrantes no total, das quais duas não puderam participar por motivos pessoais. Para a coleta e o registro dos dados obtidos, foram utilizadas diferentes ferramentas, com o objetivo de garantir a qualidade das informações obtidas:

- **Caderno de campo:** para anotações da pesquisa durante e após os encontros, possibilitando o registro da atividade. Para ser analisado posteriormente.
- **Questionário semiestruturado:** aplicado presencialmente com as participantes, com perguntas abertas, permitindo a coleta de dados (a escolaridade e o tempo de participação coletiva no assentamento, a projeção futura, as percepções do trabalho coletivo e os impactos pessoais).

3.3 Método de análise

A escolha pela abordagem qualitativa se deu pela compreensão das experiências de vida, das relações sociais entre um grupo que busca por meio da luta melhor qualidade de vida e fortalecimento da renda. Essa abordagem permitiu ouvi-las, captar suas emoções, percepções, motivações e interpretações sobre a realidade vivida em um assentamento rural. Também foi possível compreender a atuação do grupo “Vitória da Luta” no processamento da castanha de caju e o impacto da tecnologia social na vida das mulheres envolvidas.

Dessa forma, a análise de dados foi feita por meio de uma abordagem qualitativa descritiva por meio das transcrições e da sistematização das informações recolhidas em entrevistas abertas, questionários semiestruturados e anotações de campo. A leitura sistemática dos registros ajudou a identificar as categorias, os temas e os padrões emergentes com que as participantes identificavam a sua realidade. Foi mediante essa análise interpretativa que pudemos perceber os mitos sociais que são a “Vitória Luta”, grupo nesse contexto de pesquisa, destacando as ligações de poder, os obstáculos enfrentados pela tecnologia social e suas mudanças promovidas no assentamento rural.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil das participantes do grupo “vitória da luta”

Participaram da pesquisa cinco mulheres do grupo com média de idades entre 42 e 58 anos. Todas são casadas e têm filhos, e a maioria já possui netos. O grupo de mulheres apresenta nível de escolaridade variado, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior. Três dessas mulheres estão estudando, o que demonstra o interesse contínuo pelo fortalecimento de suas trajetórias pessoais.

Entre as participantes, destacou-se o relato da entrevistada 4, de 55 anos, a qual, com o tom de brincadeira, fala que casou “duas ou três vezes com o mesmo homem”, é mãe de quatro filhos e avó de quatro netos. Sobre sua trajetória escolar, relata de forma crítica e sensível: “*Eu estudei mais... você sabe, quem não quer nada da vida, com a vida, né?*” (sic). Percebem-se uma clareza dos desafios vividos e reflexões sobre o passado e as oportunidades que hoje busca construir junto ao grupo de mulheres.

4.2 Trajetórias de vida no MST

O ingresso das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) refere-se por diversas motivações. Todas têm pontos em comum: o desejo por autonomia, o acesso à terra e a identificação com a luta no coletivo. A entrevistada 1 relata sua participação desde o início da ocupação, destacando seu envolvimento anterior com o movimento: “*Eu vim pra cá pela luta, eu já era do movimento. Conheci meu companheiro que era assentado aqui, comecei a namorar com ele. Eu estou aqui desde o primeiro dia da ocupação*” (sic) (Entrevistada 1).

Já a outra participante da pesquisa expressa que sua motivação principal foi o acesso à terra, saindo de uma situação de dependência em relação à propriedade alheia: “*Eu vim pela terra. Morava em uma fazenda, não tinha um lar. Mas eu ouvi falar no Movimento Sem Terra, aí convidei meu esposo. Era a chance de a gente possuir um pedaço de chão e a gente mesmo não produzir mais para os outros. E até hoje, já são 20 anos*” (sic) (Entrevistada 2).

A entrada no movimento se deu pela via da militância sindical, mostrando como diferentes formas de atuação política se entrelaçam no MST: “*A forma que cheguei no assentamento... eu era do movimento sindical, me colocaram como secretária de política agrária*

para ir nas reuniões do movimento. Eles são assim mesmo, dão tarefas... aí fui entrando, fui entrando, aí pronto: me chamaram pra morar aqui.” destacou (sic) (Entrevistada 3).

Os relatos acima demonstram que o MST oferece não apenas acesso à terra, mas também estrutura de pertencimento social, oportunidade para as mulheres assentadas. Essa passagem mostra a diversidade de situações legais e motivações que levam as mulheres a se juntarem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: embora todas desejem a autonomia, elas esperam que o trabalho permita tanto tempo com seus filhos como a atividade doméstica e um pertencimento coletivo para a luta juntas.

4.3 Os tipos de tecnologias sociais com a castanha de caju e os produtos do grupo “Vitória da Luta”

O laticínio de castanha é uma tecnologia social com base nos saberes tradicionais, na agroecologia e com parcerias com universidades e instituições como a EMATERCE, que disponibiliza um engenheiro de alimentos e um grupo de nutricionistas, além da parceria com a equipe do NUTEC e do curso de Gastronomia da UFC, que realizam estudos e capacitações visando à melhoria dos produtos.

Temos hoje o apoio da EMATERCE, que acompanha a gente com engenheiro de alimentos e nutricionistas. Recebemos uma equipe do NUTEC e da UFC para fazer estudo e capacitação para melhorar nossos produtos (sic). (Entrevistada 2)

A perspectiva de implantação de uma agroindústria pelo INCRA, que já possui projeto elaborado, embora dependa de financiamento, representa uma importante esperança para o grupo ampliar a produção e a sustentabilidade econômica que possibilite ampliar números de mulheres na unidade de laticínio. “Temos a promessa da agroindústria do INCRA, que já tem projeto, falta só o dinheiro, mas, se Deus quiser, vamos conseguir na luta” (sic) (Entrevistada 2).

A produção do grupo é artesanal, priorizando produtos naturais, livres de conservantes e industrialização pesada de derivados do caju (Figura 2). A equipe técnica do NUTEC está auxiliando na busca por soluções que garantam maior durabilidade dos produtos sem comprometer sua qualidade e maior tempo de prateleira.

Figura 2 - Biscoito de castanha de caju



Fonte: Da autora, 2025

As mulheres foram capacitadas para transformar a castanha em produtos veganos e derivados, sem lactose e sem glúten (Figura 3). A entrevistada 2 comentou: “Muitos alunos têm dedicado seus temas de pesquisa ao laticínio. Isso é bom, é divulgação. Os produtos são livres de agrotóxico, zero lactose e zero glúten. É totalmente vegano” (sic) (Entrevistada 2).

Figura 3 - Queijo cremoso



Fonte: Da autora, 2025

Os produtos fabricados pelas mulheres na unidade de laticínio representam uma inovação agroecológica, uma sustentabilidade e um aumento na geração de renda e são acessíveis a diferentes públicos, inclusive aos veganos (Figura 4).

Figura 4- Requeijão de castanha de caju



Fonte: Da autora, 2025.

4.4 A formação e a organização do grupo “Vitória da Luta” e a trajetória das mulheres

A Origem e a formação do grupo surgiram a partir de uma oportunidade de capacitação oferecida por uma professora que buscava fornecedores de castanha de caju diretamente ligados aos produtores rurais. Segundo uma participante:

Uma professora de uma fábrica estava procurando fornecedor de castanha ligado diretamente ao produtor. Ela localizou a Coopalc, a castanha Zé Lourenço, e deu cursos para pessoas do assentamento sobre produção de castanha. A gente conhecia os produtos do caju, mas não da castanha. Com isso ela veio até nós e deu curso de produtos veganos. A luta dela vai além do produto, questão ambiental (sic) (Entrevistada 2).

O grupo começou por meio de uma necessidade após capacitação coletiva de acordo com uma das entrevistadas: “Quando terminou o curso, vou logo pulando as etapas, você pergunta como surgiu o grupo das mulheres, e aí a gente ficou se indagando, principalmente a irmã. Aí, vai ser mais um certificado, aí a gente foi e começou só com a cara e a coragem” (sic) (Entrevistada 3).

O grupo “Vitória da Luta” foi oficialmente formado em 23 de setembro de 2023, após uma capacitação voltada à produção de derivados da castanha de caju. Participaram do curso dez mulheres e um homem, porém apenas as mulheres demonstraram interesse em dar

continuidade à iniciativa. A decisão de constituir um grupo exclusivamente feminino partiu das próprias participantes, sendo motivada pelo protagonismo das mulheres no processo produtivo e pela busca por fortalecimento coletivo.

A capacitação foi ofertada por uma professora que, ao procurar fornecedores de castanha diretamente ligados aos produtores, localizou a Coopalc e estabeleceu contato com o assentamento. Não houve processo seletivo formal para participação; a formação do grupo ocorreu de forma espontânea, como uma iniciativa a partir das trocas e do potencial produtivo da castanha. Foi a partir dessa experiência que surgiu o grupo “Vitória da Luta”.

Atualmente, não há exigência de idade mínima para integrar o grupo, o que reflete o caráter inclusivo da organização. Apesar de não contar com apoio masculino direto nas atividades do grupo, as mulheres mantêm uma luta constante pela ampliação da unidade, com o objetivo de gerar oportunidades de trabalho para a juventude e os familiares da comunidade.

4.5 Impactos socioeconômicos das atividades

Com base nos relatos das mulheres do grupo “Vitória da Luta”, foi possível ver que a atuação no laticínio de castanha de caju foi responsável por transformações significativas em suas vidas, tanto pessoais quanto coletivas. A consolidação da atividade produtiva trouxe desafios diversos, mas também conquistas importantes.

a) Impacto econômico

Apesar dos relatos de limitações de economia e de mercado com relação à produção, as atividades possibilitaram uma renda complementar, contribuindo com o sustento das famílias. Em destaque, foi o fato de que a renda proporcionou valores ecológicos, sociais e coletivos. *“Nosso produto é agroecológico, vegano, sem lactose. A gente ajuda a cuidar do planeta e ainda tem o retorno”* (sic) (Entrevistada 1). Outro fato em destaque foi a expectativa de ampliação da produção com a chegada de novos equipamentos e o fortalecimento da comercialização, o que pode gerar uma renda mais significativa no futuro para a juventude e os familiares.

b) Impactos sociais

O grupo proporcionou valorização pessoal, sentimento de pertencimento, empoderamento feminino e fortalecimento dos laços. As mulheres destacaram que a

participação no grupo “*tirou da tristeza*” e “*deu ânimo para viver*”. O trabalho coletivo proporcionou autoestima, reconhecimento local e oportunidades de aprender e ensinar.

Foi uma mudança grande na minha vida. Eu era muito calada, triste. Hoje estou em pé, aprendi muita coisa com esse grupo (sic) (Entrevistada 3).

A gente venceu com muita teimosia. Estamos aqui, juntas. Já tentaram dizer que não ia dar certo, mas deu (sic) (Entrevistada 2).

Primeira coisa é gosto demais está em grupo, sabe que não estou isolada, de ter companheiras justas [...] porque eu sou uma militante do movimento de mais de 30 anos de caminhada e com problemas de saúde, tinha muito medo de ficar isolada, e agora não (sic) (Entrevistada 1).

Esse conjunto de relatos aponta para impactos sociais significativos vivenciados pelas mulheres participantes do grupo, refletindo transformações profundas em suas trajetórias pessoais e coletivas. A valorização subjetiva, expressa por sentimentos de pertencimento, empoderamento e autoestima, revela que a atuação no grupo não apenas promove ganhos materiais, mas também reestrutura identidades e relações sociais.

Bem como o fortalecimento dos laços entre as participantes, o reconhecimento comunitário e a possibilidade de compartilhar saberes e experiências demonstram que o trabalho coletivo vai além da produção: ele se consolida como espaço de cura, resistência e reconstrução emocional. A mudança na postura das mulheres — de tristeza e isolamento para protagonismo e solidariedade — implica um avanço na luta por igualdade de gênero no campo, reafirmando a importância das tecnologias sociais como instrumentos de inclusão, cidadania e transformação social.

4.6 Principais desafios enfrentados pelas mulheres

O diálogo evidencia que a falta de estrutura, recursos e apoio institucional constante foram obstáculos ao longo do processo. Desde o início, as mulheres precisaram improvisar espaços e buscar doações para equipamentos básicos: “*A gente começou sem material, sem local, sem equipamento. De Jesus cedeu o quarto da casa dela. Depois foi crescendo, pegamos mais um quarto, e agora conseguimos esse espaço cedido pela comunidade*” (sic) (Entrevistada 2).

Diante das dificuldades na manutenção dos equipamentos, as condições de armazenamento, o acesso ao transporte e à divulgação do produto ainda são pontos críticos. Outros desafios importantes são o reconhecimento institucional e a burocracia para acessar

políticas públicas. *“Muita gente não acreditava. Diziam que esse grupo ia acabar. Mas a gente não desistiu”* (sic) (Entrevista 4).

Desde o início, a falta de estrutura física e de recursos materiais foi enfrentada com muito esforço em conjunto e apoio coletivo. Todos ajudaram o grupo, desde os professores aos próprios assentados que acreditam na luta desse grupo, como descreve uma das entrevistadas sobre o início: *“Aí fomos acima, viemos abaixo, começamos, não tinha local, não tinha material, não tinha equipamento, aí a De Jesus cedeu o espaço da casa dela, aí quando a gente começou era um quarto”* (sic) (Entrevistada 2).

Em seguida, as demandas foram aumentando. Precisavam de espaço maior, pois um quarto não era mais suficiente. Transformaram dois quartos em local de produção, caracterizando estratégia em experiências de economia solidária. Com o aumento da demanda e a necessidade de novos equipamentos, o grupo expandiu o espaço de trabalho de forma improvisada. De acordo com as participantes: *“Depois foi aumentando a demanda... passamos a usar dois quartos. Até esse ano, com a expectativa da máquina de paçoca, precisávamos de um espaço maior e reivindicamos esse local aqui, que era para ser uma casa de farinha... a comunidade cedeu”* (sic) (Entrevistada 2).

Figura 5- Espaço de produção



Fonte: Da autora, 2025

Com a mobilização coletiva dos assentados para obter um espaço na criação da unidade de laticínio, foi possível observar o princípio da autogestão e o reaproveitamento de estruturas locais, em ambiente rural com componentes essenciais das tecnologias sociais. Com relação aos equipamentos, estes foram adquiridos por meio de doações e iniciativas das pessoas:

“Começamos a fazer reforma... equipamento foi dando defeito... outros foram doados por professoras e pessoas da comunidade. Muitos dos companheiros vieram ajudar voluntariamente... o dinheiro era para comprar material... nossos esforços” (sic) (Entrevistada 2).

Carências mais urgentes para melhorar o espaço de trabalho foram relatadas:

“Energia solar, climatização, equipamentos, móveis” (sic).

“Não pode ter nada de madeira aqui dentro, tem que ser de aço inox” (sic).

“Precisamos de equipamentos, ampliar os espaços, melhorar a estrutura” (sic) (Entrevistada 3 e 2).

Entretanto, o grupo “Vitória da Luta” enfrenta desafios significativos no que diz respeito à infraestrutura, aos equipamentos e à adequação. A ausência de climatização adequada e a limitação energética são algumas das principais dificuldades.

“Estamos agora com a porta aberta porque não conseguimos colocar o ar-condicionado, nem nós mesmas podemos estar com essas roupas, tem que ser roupa branca, botas. A gente está lutando agora pra ver se consegue ar-condicionado, mas energia solar é mais importante. Também temos que colocar sensores nas lâmpadas” (sic) (Entrevistada 4).

Esses relatos indicam algumas restrições orçamentárias ao acesso, mas também a preocupação com a regularização da unidade de laticínio e o cumprimento de exigências técnicas para a manipulação de alimentos. Elas indicam que a prioridade no momento é o uso de energia solar, uma alternativa sustentável que vai agregar valores ao produto produzido. Além da climatização, a falta de equipamentos modernos dificulta a produção. “Aqui só temos um processador. Estamos para receber uma máquina de paçoca: 160 em 1 minuto, aí já sai tudo empacotadinha” (sic) (Entrevistada 1).

Figura 6 - Paçoca de castanha de caju



Fonte: Da autora, 2025.

A chegada da máquina de paçoca representa um avanço importante para o grupo com o

aumento da produção. Serão produzidas 160 unidades por minuto, melhorando significativamente as condições de trabalho. Não vai ter esforço físico intenso das trabalhadoras. Algumas delas mencionaram ter problemas de saúde, e a introdução dessa tecnologia deve reduzir o desgaste físico, evitar lesões por esforço repetitivo e aumentar o rendimento coletivo, favorecendo também a qualidade final dos produtos. “Nossa organização é por ordem de trabalho. Se eu trabalhar mais horas, eu vou ganhar mais. Se eu trabalhar menos horas, vou ganhar menos. A gente tem que se sentir dono, todas as sete têm que ter responsabilidade” (sic) (Entrevistada 5). O grupo tem a compreensão tanto de coletividade quanto de proprietário do empreendimento, e esse sentimento de pertencimento se reflete em compromisso com o trabalho, com a produção.

5. CONCLUSÃO

Portanto, após a aplicação dos métodos de análise propostos, foi possível, a partir das convivências com o grupo “Vitoria da Luta”, conhecer em detalhes o processamento da castanha de caju e a importância dela como tecnologia social na inclusão das mulheres assentadas, permitindo gerar impactos positivos tanto econômicos quanto sociais no contexto da agricultura familiar. As atividades relacionadas com processamento da castanha de caju proporcionam de fato a transformação da realidade do grupo de mulheres, fortalecendo não apenas uma fonte de renda, mas também um espaço de trabalho, o apoio mútuo e a valorização da trajetória de cada mulheres.

As experiências relatadas pelo grupo mostram que a participação tem valor significativamente importante, contribuindo com a autoestima, a autonomia e a melhoria da qualidade de vida das mulheres envolvidas, refletindo-se em transformações tanto no âmbito pessoal quanto no social. Além disso, o laticínio de castanha de caju representa uma alternativa sustentável, que alia as práticas agroecológicas à inovação tecnológica.

Os relatos evidenciados nessa pesquisa mostram a construção desse empreendimento, que foi marcado por muitos desafios estruturais, entre eles, a falta de um local para exercer as atividades; a falta de equipamentos, de espaço adequado e de recursos energéticos; e a falta de recursos financeiros, além das barreiras burocráticas para o acesso a políticas públicas. Mesmo assim, com muita luta e força, criatividade, solidariedade e apoio de alguns parceiros institucionais e da comunidade onde são inseridas, o grupo tem conseguido superar obstáculos e manter a produção ativa, ainda que em pequena escala. A união e a força permitem que o grupo se mantenha em pé, mesmo com tantas dificuldades ocorrentes no dia a dia dessas mulheres guerreiras e determinadas.

Apesar das dificuldades enfrentadas como limitações estruturais, escassez de recursos e desafios de gestão, o grupo demonstra resiliência e capacidade de mobilização, superando obstáculos por meio da organização coletiva e do apoio de instituições parceiras. As perspectivas de ampliação da produção com a chegada de novos equipamentos e a possível implantação de uma agroindústria indicam um caminho promissor para a consolidação e a expansão da iniciativa.

A organização e a divisão do trabalho na unidade de laticínio por horas e o sentimento de responsabilidade entre as integrantes têm fortalecido a gestão autônoma e colaborativa entre elas. Elas mantêm a esperança da chegada de novos equipamentos como a máquina de paçoca, que representa não só um grande avanço tecnológico, mas também um alívio físico para as mulheres, muitas delas com limitações de saúde.

Além disso, a atuação do grupo contribui para o fortalecimento da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis, acessíveis a diversos públicos, incluindo veganos e pessoas não-veganos. O apoio de universidades e instituições como a EMATERCE, o NUTEC e a UFC reforça o caráter de tecnologia social do projeto, promovendo a qualificação técnica e o protagonismo das mulheres. Essas instituições permitem agregar valores ao trabalho do grupo, pois, por meio dos cursos e da capacitação, melhoram a qualidade dos produtos produzidos na unidade de laticínio. Ademais, com acompanhamentos técnicos, abrem espaço para as mulheres produzirem um produto de qualidade que permite a comercialização.

Dessa forma, o estudo reforça a importância das tecnologias sociais enquanto ferramentas de transformação social, capazes de articular conhecimentos locais, cooperação comunitária e apoio institucional para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão produtiva no meio rural. O caso do grupo “Vitória da Luta” evidencia que a união, a luta coletiva e o acesso a recursos adequados são essenciais para que mulheres assentadas possam conquistar sua autonomia e contribuir para o fortalecimento de suas comunidades.

O estudo também demonstrou a eficiência da metodologia da pesquisa aberta como forma de determinação do impacto tanto de grupos como o “Vitória da Luta” na vida daqueles que deles fazem parte, assim como também de tecnologias sociais como o processamento da castanha de caju, em todas as dimensões desse impacto (social, econômica e ecológica). Isso abre a possibilidade de aplicação dessa metodologia em outros estudos da mesma natureza, bem como permite também estudos comparativos entre a eficácia dessas metodologias com outras que tenham por finalidade mensurar objetos de estudo como os aqui expostos, levando a aprimorar esses estudos e podendo, inclusive, chegar a determinar formas de convergência entre as diversas metodologias distintas.

Para melhorar as condições de trabalho do grupo de mulheres, são necessários a implementação de políticas públicas mais acessíveis, o apoio técnico contínuo e os investimentos. Algumas alternativas são a agroindústria, promessa de projeto em andamento pelo INCRA, as instalações de energia solar para garantir maior produção e conforto no uso de climatizadores, os acessos aos equipamentos adequados para o beneficiamento e a conservação dos produtos, as capacitações de gestão, a comercialização e as boas práticas de produção, assim como a ampliação das parcerias com universidades, cooperativas e redes. Outras alternativas são a ampliação de canais de comercialização, como feiras, pontos fixos ou vendas *on-line*, prefeituras e mercantis locais; e o acesso a linhas de créditos especificamente para esse determinado público, que almeja trabalhar dignidade em coletivo.

Portanto, conclui-se que a castanha de caju administrada pelo grupo “Vitória da Luta” não é apenas um empreendimento produtivo, mas também um instrumento de transformação social, empoderamento feminino e resistência no campo. A continuidade e o crescimento dessa iniciativa dependem do fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, do reconhecimento do papel das mulheres na produção de alimentos e do estímulo a tecnologias sociais que promovam justiça social e sustentabilidade.

Por fim, é perceptível a necessidade de a comunidade acadêmica não só analisar casos como esse, mas também de buscar entender o meio pelo qual a extensão rural pode contribuir para o fortalecimento de projetos como o grupo “Vitória da Luta”, sempre procurando adaptar o conhecimento técnico à realidade social daqueles que formam esses grupos, de modo a propor e aplicar soluções adequadas aos problemas por eles enfrentados.

REFERÊNCIAS

- Araújo, João Cavalcanti *et al.* IMPACTOS SOCIAIS DA “TECNOLOGIA SOCIAL” MINI-FÁBRICA DE CASTANHA DE CAJU NO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA, CEARÁ. XLVI congresso da sociedade brasileira de economia, sociologia e extensão rural. 2008. Disponível em <<https://ageconsearch.umn.edu/record/109553/?v=pdf>>. Acessado em julho. 2025.
- ASA – ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Tecnologia social cisterna: 10 anos promovendo acesso à água para consumo humano no semiárido brasileiro*. Recife: ASA, 2011.
- BARRETTO, S. F. A.; PIAZZALUNGA, R. Tecnologias sociais. *Ciência e Cultura*, v. 64, n. 4, p. 4–5, dez. 2012.
- Barros, Sóstenes Fernandes de; *et al.* Quintais agroecológicos: tradição, cultivo, conhecimento / Márcia Regina Farias da Silva, Carlos Aldemir Farias da Silva organizadores. -- São Paulo: Livraria da Física, 2022.
- BARROS, A. R. de; NASCIMENTO, S. R. do; FERREIRA, A. C. L. Tecnologias sociais em assentamentos rurais: saberes e práticas de mulheres camponesas no semiárido cearense. *Revista Pegada*, v. 23, n. 1, p. 83-104, 2022.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 215, de 14 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para estabelecimentos produtores de alimentos. Brasília: ANVISA, 2006.
- BRITO, Carolina Azevedo. Mulheres rurais e seus quintais produtivos: empoderamento feminino, sustentabilidade e segurança alimentar. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialista em Gestão Ambiental de Municípios - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Princesa Isabel-PB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/bitstream/177683/1607/1/CarolinaBrito_MULHERES%20RURAI%20E%20SEUS%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CASSIMIRO, C. A. L. *et al.* Convivência com o semiárido: interação social, ambiental e tecnológica com a Caatinga. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, v. 13, n. 1, p. 28, 30 abr. 2020.
- Castanha de Caju – ABNC. Disponível em: <<https://www.abncnuts.org.br/castanha-de-caju/>>. Acesso em: jul. 2025.
- Comparativa entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. (Mestrado em Administração de Empresas), Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Fortaleza/CE, 2007. Disponível em: <<http://uol11.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=1048969>>. Acesso em: jun. 2025.
- COSTA, M. J. *et al.* Boas práticas de fabricação e inclusão produtiva em comunidades rurais: um estudo de caso no semiárido cearense. *Revista Cadernos de Extensão Rural*, v. 15, n. 2, p. 98–112, 2022.
- Cruz, Tânia Cristina Da Silva; Ferreira, Jonathas Felipe Aires. Fundamentos da Produção Social do Conhecimento. *Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social de*

conhecimentos Parte I: Produção De Conhecimentos, Democracia, Tecnologias Sociais E Produção Associada - Capítulo 3 Economia Solidária, Tecnologias Sociais E Relações De Gênero: Agroecologia Como Ferramenta De Inovação Tecnologia Social Para Emancipação Solidária Das Mulheres Do Campo. Cáceres: Editora Unemat, 2019. 388 p.; Vol. VIII ISBN 978-85-7911-200-3.

CRUZ, L. F. da; FERREIRA, L. M. Gênero e políticas públicas: um estudo com mulheres camponesas no Assentamento Bernardo Marin II, Russas-CE. *Revista Retratos de Assentamentos*, v. 22, n. 2, p. 136-152, 2019.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Mulheres camponesas e o protagonismo na luta pela terra e pelos direitos*. Goiânia: CPT, 2019.

CRUZ, P. J. *et al.* Integração entre PPRs e APPCC na segurança alimentar. *Revista Espacios*, v.38, n.21, 2017.

DAVI, Jéssica Débora de Souza. A importância dos quintais produtivos e da valorização do trabalho feminino em comunidade rural do Rio Grande do Norte. 2022. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, RN, 2022.

Dias, R. D. B. Tecnologia social e desenvolvimento local: reflexões a partir da análise do Programa Um Milhão de Cisternas. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 1, n. 2, p. 173, 1 set. 2013. do caju. Fortaleza: Embrapa-CNPAT/SEBRAE/CE, 2000. 88p. (Embrapa-CNPAT. Documentos, 38). 88p (Embrapa - CNPAT - Documentos, 38.).

DRUMOND, Nágyla Maria Galdino. A saga de uma Macabéa: corpo e trabalho feminino na indústria de beneficiamento de castanha de caju no Ceará. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2007.

ELTETO, Yolanda Maulaz. As sementes crioulas e as estratégias de conservação da agrobiodiversidade. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

FAO/OMS. *Codex Alimentarius – Food Hygiene: Basic Texts*. 3. ed. Rome: FAO/WHO, 2003.

FERREIRA, G. *et al.* Barragem Subterrânea uma Inovação de Transformação Social para a Agricultura Familiar. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/45487105.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERREIRA, C. R.; CARDOSO, L. M. Manual de boas práticas: instrumento técnico e educativo para unidades artesanais de alimentos. *Revista Higiene Alimentar*, v. 33, n. 279, p. 75–80, 2019.

FRANÇA, Cezar de. *et al.* RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS GERADAS PELA EMBRAPA Nome da tecnologia: Minifábrica de processamento de castanha de caju. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bs.sede.embrapa.br/2019/relatorios/agroindustriatropical_minifabricas.pdf>.

Gatti, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro, 2005.

GAZZOLA, J. *et al.* Comércio Internacional de Produtos Agrícolas da Região Nordeste do Brasil CAPÍTULO 2 CASTANHA DE CAJU E SUA AMÊNDOA: COMPOSIÇÃO E IMPORTÂNCIA DOS ÁCIDOS GRAXOS -Produção E COMÉRCIO MUNDIAIS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1172506/1/Castanha-de-caju.pdf>>. Acesso em: mai. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Fabiano Leite. Quintais produtivos e resiliência alimentar nos espaços da reforma agrária. *Revista Craibeiras de Agroecologia*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/3832>. Acesso em: jun. 2025.

GONÇALVES, Claudia de Brito Quadros; GIMENES, Régio Marcio Toesca; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; DA SILVA, Marcelo Corrêa. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UM SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL (PAIS). *Organizações Rurais & Agroindustriais*, [S. l.], v. 24, p. e1785, 2022. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1785>. Acesso em: jun. 2025.

GUANZIROLI, Carlos E.; BUAINAIN, Antônio M.; SABBATO, Alberto. Agricultura familiar e acesso à terra no Brasil: evolução, desafios e perspectivas. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 5, p. 939–957, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.857179>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GUANZIROLI, Carlos E. *et al.* *A nova cara da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. 2. ed. Brasília: NEAD, 2001.

GUIMARÃES, J. de C. As tecnologias sociais forjadas na academia como ferramentas de desenvolvimento social: uma análise sob a perspectiva emancipatória. *Emancipação*, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 25, p. 1–21, 2025. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.25.24150.012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/24150>.

Henig, E.V; Santos, Irenilda Ângela dos; Mendes, José Manoel. NOVA VIDA NO SERTÃO: A contribuição das Tecnologias Sociais Agroecológicas para a convivência com o Semiárido. RP3 - Revista de pesquisa em políticas públicas. ISSN: 2317-921X. DOI 10.18829/1803. Aceito em 2019. II. Série. CDD 307.72 (21. ed.) ISBN 85-86469-51-31. Economia 2. Solidariedade I. Título. 02-1523 CDD-330.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. ISO 22000:2018. Food safety management systems – Requirements for any organization in the food chain. Geneva: ISO, 2018.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Reforma Agrária: assentamentos rurais no Brasil*. Brasília: INCRA, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produção estimada de

castanha-de-caju (amêndoa), segundo Unidades da Federação – fevereiro de 2023. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Junior, Silvério de Paiva Freitas “Tecnologia social em busca do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar: um estudo de caso sobre as casas de sementes comunitárias do município de Nova Olinda “. *Revista Ifes Ciência*. ISSN 2359-4799 Volume 7 / Número 3 / Ano 2021 – p. 01-23 DOI: 10.36524/ric.v7i1.1559.

Landau, Elena Charlotte, *et al.* Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil. -- Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013. 68 p.: il. -- (Documentos / Embrapa Milho e Sorgo, ISSN 1518- 4277; 155). 1. Comunidade rural. 2. Agricultura. 3. Distribuição geográfica. Leal, A. K. Cisterna de placa: uma tecnologia social para a convivência com o semiárido. V Simpósio de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FATEC. Anais... São Paulo, 2013.

LEAL, Adriana Karla Tavares Batista Nunes; BRANDÃO, Sofia S. F.; FRUTUOSO, Maria N. M. A.; CARVALHO, Renata M. C. M. de O.; ARAÚJO FILHO, José C. As variedades de cisternas de placa utilizadas no semiárido. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 9, n. 4, p. 1268-1281, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/233656>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Lima, Raíssa Aryadne de Andrade. Economia solidária como tecnologia social: a experiência do caso das mulheres artesãs de Alagoas / Raíssa Aryadne de Andrade Lima. – 2022. 37 f.: il. color. Orientadora: Ana Maria Rita Milani.

Lopes, Alessandra da Silva, *et al.* A tecnologia social da agroecologia como forma de empoderamento feminino. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021.*

MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 105, p. 146–165, mar. 2011.

MARTINS DE OLIVEIRA, A. et al. PROCESSO PRODUTIVO DA CASTANHA DE CAJU EM SERRA DO MEL-RN: ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/XI-014.pdf>>.

MESQUITA, Patrícia dos Santos. Segurança alimentar, mudanças climáticas e proteção social no semiárido brasileiro (Cariri, Ceará). 2015. 257 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MILENA OLIVEIRA HOLANDA *et al.* Mandala: relato de experiência de uma construção de saberes em Agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2021. Bibliografia: f. 36-37. 1. Economia solidária. 2. Artesanato - Alagoas. 3. Tecnologia social. 4. Desenvolvimento local. 5. Empreendedorismo feminino. I. Título. CDU: 33: 334 (813.5)

MUSSI, R. F. de F.; LOPES, L. M. P. T.; ASSUNÇÃO, E. T. C.; NUNES, C. P. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista*

Nachtigall, Y. D. L., Viola, M. D. S., Gonçalves, G. E., & Oliveira, S. D. (2020). Estratégias em promoção aos objetivos de desenvolvimento sustentável: Experiências com a reprodução tecnologias sociais no Brasil. *Economia e desenvolvimento*, 32(8), 2020. 01-10.

Ndiaye, Aly. Análise do desenvolvimento do programa PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, enquanto estratégia para geração de renda e segurança alimentar e nutricional de sistemas de produção familiares: estudo realizado nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul / Aly Ndiaye – 2016. 50 f.: il. Orientador: Renato Linhares de Assis. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Bibliografia: f. 47-48.

NEDER, Ricardo Toledo. A prática da adequação sociotécnica entre o campesinato: educação, ciência e tecnologia social. *Linhas Críticas* [online]. 2015, vol.21, n.45, pp.357-381. ISSN 1981-0431.

Neto, Armando de Oliveira Monteiro, *et al.* Iniciando um pequeno grande negócio agroindustrial: castanha de caju / Embrapa Agroindústria Tropical, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 131p.: il. – (Série agronegócios) ISBN 85-7383-180-4 (Embrapa). – ISBN 85-7333-360-X (SEBRAE).

Neves, Ednalva Felix das *et al.* Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: Uma aproximação. *con. e Desenv.*, Santa Maria, v.32, ed. esp., e9, p. 01 - 13, 2020 DOI: 105902/1414650941536 ISSN 2595-833X.

Oliveira Duque, Thais; de Arimatéia Dias Valadão, José ABORDAGENS TEÓRICAS DE TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, vol. 11, núm. 5, outubro-diciembre, 2017, pp. 1-19 Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil.

OLIVEIRA, E. F. DE *et al.* Promovendo saúde em comunidades vulneráveis: tecnologias sociais na redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 36, n. spe, p. 200–206, 2015.

Oliveira, F. R. N. de, & Barbosa, A. S. (2020). Bancos Comunitários de Sementes Crioulas no Cariri e Seridó Paraibano. *Cadernos de Agroecologia* – ISSN 2236-7934 - Anais Do 10 Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade, 15 (4), 58–66.

OLIVEIRA, Gilleno Ferreira de. *Óleo de amêndoa de castanha de caju: obtenção, potenciais usos e desenvolvimento de produto*. 2022. 71 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA, J. P. de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5290. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5290>>. Acesso em: jun. 2025.

OLIVEIRA, V. H. DE. Cajucultura. *Revista Brasileira de Fruticultura*, v. 30, n. 1, mar. 2008.

PAIVA, F.F. de A.; SILVA NETO, R.M. da; PAULA PESSOA, P.F.A. de. Minifábrica de processamento de castanha de caju. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2000. 22p. (Embrapa Agroindústria Tropical. Circular Técnica, 07).1. Minifábrica; Processamento; Castanha de caju; Primary industry; Process; Cashew nut.

Paiva, Francisco Fábio de Assis; Neto, Raimundo Marcelino da Silva. Sistema artesanal - portal embrapa. 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/caju/pos-producao/tecnologia-de-processamento-agroindustrial/castanha/sistema-artesanal>>. Acesso em: jul. 2025.

PAULINO, Vicente; CASSIANI, Suzani; LINSINGEN, Irlan von. TECNOLOGIA SOCIAL COMO PRODUTO DOS SABERES LOCAIS. Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática, [S. l.], v. 4, p. e24012, 2024. DOI: 10.70860/RIEcim.2764-2534.2024.v4.19429. Disponível em: <<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/RIEcim/article/view/19429>>. Acesso em: jun. 2025.

PEDROSA, R. A. A importância dos quintais produtivos na economia familiar. Agroecol, Dourados, 2016. 3pp. Disponível em: <<https://www.cpa0.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>> Acesso: 30 abr. 2025.

Pedroso, N. A., & Antiqueira, L. M. O. R. (2025). Sementes Crioulas: Conservação, Soberania alimentar e Agrobiodiversidade na região dos Campos Gerais, Paraná, Brasil / Creole Seeds: Conservation, Food Sovereignty, and Agrobiodiversity in the Campos Gerais region, Paraná, Brazil / Semillas Criollas: Conservación, Soberanía Alimentaria y Agrobiodiversidad en la región Campos Gerais, Paraná, Brasil. REVISTA NERA, 28(1). <https://doi.org/10.47946/rnera.v28i1.10838>.

RAMOS, M. H. B. A Guerra das Castanheiras da Cione (Fortaleza-CE, 1968): contra-hegemonia, consciência de classe e memórias de luta. Dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2018. p. 107. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/13413>>. Acesso em: jul. 2025.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. 98.

Reis, Sônia Maria Alves de Oliveira; SILVA, Mayra Soares. Tecnologias sociais e práticas educativas contextualizadas para a convivência com o semiárido: o lugar das mulheres. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 15, n. 45, p. 48-63, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 20/05/2025.

Rigo, A. S.; França Filho, G. C.; Leal, L. P. Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. 2015a. p. 39-69. v. 13.

SANT', A. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO RURAL UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA Disciplina Comunicação e Extensão Rural Curso de Graduação em Agronomia e Zootecnia

UNESP. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/concepcoes-de-extensao-rural-no-brasil-2017.pdf>>. Acesso em: jun. 2025.

SANTOS, Antônio Célio; MENDONÇA, Kamila Vieira de; CAMPOS, Robério Telmo. Análise de rentabilidade financeira de uma minifábrica de beneficiamento castanha de caju no Estado do Ceará. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER,46, Rio Branco-Acre, p.1-13, 20-23 jul. 2008.

Santos, M. M., Correia, M. da C. A., Barbosa, A. C. F., Santos, C. A. B., Lira, K. F. S. de, & Oliveira, G. M. de. (2024). O PAPEL DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA. *Journal of Media Critiques*, 10(26), e108 .

SANTOS, D. M.; ALMEIDA, V. M. Segurança alimentar e controle higiênico-sanitário na produção de alimentos. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental*, v. 15, n. 2, p. 85–101, 2021.

Santos, Nilma Angélica dos. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista de Políticas Públicas*, v. 20, p. 331–338, 9 Jan 2017 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5984>. Acesso em: 28 mai 2025.

Serafim, Milena Pavan, Jesus, Vanessa Maria Brito de, Faria, Janaína Tecnologia social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 20, n. 1supl, p. 169–181, 2015. DOI: 10.20396/san.v20i1supl.8634595. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634595>. Acesso em: 23 de maio. 2025.

Serrano, Luiz Augusto Lopes; Pessoa, Pedro Felizardo Adeodato de Paula. Capítulo 1. Aspectos econômicos da cultura do cajueiro - 1.1 histórico. Infoteca EMBRAPA. 26 de julho de 2016. Disponível em <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1052862/1/SPR16001.pdf>> . Acesso em jul. 2025.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Siliprandi, E. 2009. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: P. PETERSEN (org.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, Ed. Agriculturas, p. 139-151.

Silva, Flaviana Cavalcanti da. *Tecnologia Social Pais (produção agroecológica integrada e sustentável): uma alternativa para a promoção de avanços dentro da perspectiva da agroecologia? as experiências vivenciadas no Território Rural Cory/Andradina (SP) / Flaviana Cavalcanti da Silva. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2016. 287 f.: il. Tese (doutorado) - Universidade*

Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2016.

Silva, Mércia Dark Bastos da; Cunha, Mônica Ximenes Carneiro da. Empoderando mulheres com tecnologias sociais: a transformação da higiene menstrual através da produção de absorventes reutilizáveis. (2024). *Seminário Internacional De Informação, Tecnologia E Inovação*, 6, e195.

Silvestre, Filipe Eugênio Rodrigues; *et al.* Conquista de terra, agricultura ecológica e o minifábrica de castanha de caju: O caso do Assentamento Rural Che Guevara-CE. *Cadernos de Agroecologia. IX CBA-Agroecologia / Relatos de Experiências*. 2016. Disponível em <<https://www.aba-agroecologia.org.br/revista/cad/article/view/19555/13837>> acessado em jun. 2025.

Singer, Paul. *Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo*, 2002.

Sônia Maria Alves de Oliveira; SILVA, Mayra Soares. Tecnologias sociais e práticas educativas contextualizadas para a convivência com o semiárido: o lugar das mulheres. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 48-63, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 30/04/2025.

SOUSA, Luciana Rodrigues de; SILVA, Ana Paula Alves da. *Mulheres na agricultura familiar: estratégias de organização e empoderamento no semiárido nordestino*. *Revista Retratos de Assentamentos*, v. 23, n. 1, p. 65-84, 2020.

Sousa, A. B.; Costa, C. T. F.; Firmino, P. R. A.; Batista, V. S. Tecnologias sociais de convivência com o semiárido na região do Cariri cearense. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 197–220, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/173912/1/Tecnologias-sociais-de-convivencia-com-o-semiarido.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Souza Filho, Hildo Meirelles, *et al.* Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. *XLII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural*, 2004. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Hildo-Souza-Filho/publication/266244829_Agricultura_Familiar_e_Tecnologia_no_Brasil_caracteristicas_desafios_e_obstaculos/links/551aea470cf251c35b503316/Agricultura-Familiar-e-Tecnologia-no-Brasil-caracteristicas-desafios-e-obstaculos.pdf.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. *Mulheres rurais e agroecologia: práticas de resistência e construção de igualdade*. *Cadernos de Agroecologia*, v. 14, n. 1, 2019.

Sustinere, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414–430, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2019.41193>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Strate, Mirian Fabiane and Sonia Maria da Costa. 2018. “Quintais produtivos: Contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS–Brasil” [Productive backyards: Contribution to food security and sustainable development of rural women in RS–Brazil]. *Brazilian Journal of Development* 4(7): 3732–44.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

TECNOLOGIA SOCIAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O caso do Assentamento Che Guevara, Ocara - CE. VIII Agrinorte; Sobral - CE. 27 a 29 de outubro de 2010.

Teixeira JC, Gomes MHR, De Souza JA. Análise da associação entre saneamento e saúde nos estados Brasileiros: estudo comparativo entre 2001 e 2006. Engenharia Sanitária e Ambiental . 2011];16(2):197-204. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v16n2/v16n2a14.pdf>.

Ullmann, Aline Patrícia *et al.* Elaboração de Queijo Vegano com base na castanha-de-caju. Ciência e Tecnologia de Alimentos: o avanço da ciência no Brasil - ISBN 978-65-5360-291-5 - Vol. 3 - Ano 2023. Disponível em <<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230212082.pdf>> Acessado em julho. 2025.

Ventura, A. C., Garcia, L. F., & Andrade, J. C. S. (2019). O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PARAGERAÇÃO DE SINERGIA ENTRE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM CASO ILUSTRATIVO. Revista Econômica Do Nordeste, 50(1), 65–83. <https://doi.org/10.61673/ren.2019.723>.

WAGNER, C. et al. Relatório de avaliação dos impactos de S soluções tecnológicas G geradas pela EMBRAPA Nome da solução tecnológica: Processamento industrial de castanha-de-caju. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bs.sede.embrapa.br/2023/relatorios/agroindustriatropical_minifabricas.pdf>. Acesso em: mai. 2025.

Wurlitzer, Nedio Jair *et al.* Bebida vegetal de amêndoa de castanha-de-caju desenvolvida pela Embrapa comparada a produto comercial Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2021. Disponível em <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1133084/1/BP-219.pdf>> Acesso em julho..2025

Ximenes, O.T. 2017. Tecnologias sociais para a convivência com as estiagens no Semiárido do Nordeste Brasileiro: Uma investigação sobre o Conceito Base Zero (CBZ). In: Artigo Científico referente ao Curso de Pesquisa em Geografia. Pós-Graduação em Ensino de Geografia. Moreno, Pernambuco, p. 1-13. Disponível em: <http://prpi.ifce.edu.br/nl/_lib/file/doc2736-Trabalho/Artigo%20BASE%20ZERO.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2024.

APÊNDICE– QUESTIONÁRIO-
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Pesquisadora: Alexsandra Florencio da Silva

Título do trabalho: A Experiência do Grupo de Mulheres “Vitoria Da Luta” no beneficiamento da castanha de caju, no Assentamento Bernardo Marin Ii, Em Russas – Ce

Informações pessoais e trajetória

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu grau de escolaridade?
3. Qual o seu estado civil?
4. Como e por que você entrou para o MST?

Formação do Grupo e Atividades Produtivas

5. Como surgiu a ideia de criar o grupo Mulheres da Luta?
6. Como surgiu o Laticínio da Castanha de Caju?
7. Quais são as atividades que o grupo realiza além do laticínio?
8. Como é feita a divulgação dos produtos que vocês produzem?
9. Os produtos fabricados pelo grupo recebem algum tipo de conservante?
10. Como é realizado o transporte dos produtos para comercialização?
11. Vocês recebem algum tipo de assistência governamental?

Organização Coletiva, Impactos e social

12. Vocês acreditam que grupos como o de vocês fortalecem as mulheres assentadas? Por quê?
13. Vocês se consideram um grupo unido? Pode explicar?
14. Como vocês enxergam o futuro do grupo e de vocês mesmas?
15. Como é o ambiente de trabalho? O que falta para melhorar as condições do grupo Vitória da Luta?